

## JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

## CONSELHO EDITORIAL

M. F. DO NASCIMENTO BRITO

Presidente

WILSON FIGUEIREDO

Vice-Presidente

## REDAÇÃO

MARCELO PONTES

Editor

PAULO TOTTI

Editor Executivo

MARCELO BERABA

Editor Executivo

ORIVALDO PERIN

Secretário de Redação

SISTEMA JB

SERGIO REGO MONTEIRO

Vice-Presidente

## Sinais de Alerta

A incapacidade de Brasília para acelerar reformas capazes de garantir a estabilidade conquistada pelo Plano Real vem provocando sinais de alerta no exterior. Esses sinais não devem contribuir para tirar a credibilidade do governo do presidente Fernando Henrique, mas tampouco devem ser subestimados.

Luzes amarelas foram acesas recentemente pelo vice-presidente executivo do Federal Reserve (FED) de Nova Iorque, Frederick Mishkin, e pelo chefe da Divisão de Estudos dos Mercados Emergentes no Departamento de Pesquisas do FMI, Donald Mathieson. O primeiro referiu-se explicitamente ao Brasil. O segundo colaborou com um estudo sobre as causas do ingresso de capital nos países em desenvolvimento e as políticas para lidar com as distorções que podem provocar.

Ambos, direta ou indiretamente, afirmam o mesmo que os brasileiros mais lúcidos e responsáveis repetem já há algum tempo, com os olhos voltados para o Congresso. A CPI dos precatórios presta um enorme serviço ao país, pois contribui para reduzir uma das causas do endividamento público — a ciranda financeira baseada na corrupção. Mas a economia corre sérios riscos se as reformas administrativa e previdenciária, bem como as privatizações, continuarem patinando.

Os motivos são óbvios. Frederick Mishkin, do FED, põe o dedo na ferida da poupança doméstica, comprometida pela incapacidade do setor público para gastar menos do que arrecada. Nos anos 70 e até a década de 80 o governo chegou a poupar 5% do PIB. Hoje, onde havia poupança há acúmulo de déficits. Entrementes, os gastos com os inati-

vos passaram de 4% para cerca de 8% do PIB.

A reforma administrativa derrapa porque o corporativismo quer manter essas e outras estruturas que beneficiam os privilegiados. Da mesma forma, as lavanderias de dinheiros públicos só se salvarão se a CPI dos precatórios terminar em pizza.

Tanto as reformas quanto a CPI têm que produzir resultados. Quanto mais tempo gastarem sob os holofotes da mídia, mais estarão contribuindo para que os sinais amarelos que vêm do exterior virem faróis vermelhos, destruindo os enormes esforços de reconstrução de uma economia estável e frustrando outra vez os sonhos da recuperação da capacidade para investir a longo prazo.

Este é, a propósito, o tema de um ensaio de Mathieson e outros técnicos do FMI sobre os fluxos de capitais estrangeiros para os países em desenvolvimento: "as autoridades, diante da ameaça de superaquecimento, na esteira de grandes ingressos de capital, têm de tomar decisões difíceis sobre a dimensão, a ordem e o momento das ações políticas."

O Brasil beneficia-se hoje com o ingresso de grandes massas de recursos. Para que os prazos desses capitais continuem se alongando, é preciso recuperar a capacidade de poupança do Estado. Só assim será possível alcançar o equilíbrio entre as fontes internas e externas de capital que irão alavancar o crescimento dos próximos anos e décadas. A opinião pública está cansada dos shows que fazem lembrar o estilo das novelas cozinhadas a fogo morno. Aqui como alhures, e em especial nos países latino-americanos, processos semelhantes provaram ser incapazes de contornar crises anunciadas.